**Sob o Imperativo do Ódio. Ausência de Mediações**

Maria Laurinda Ribeiro de Sousa

[mlrsouza@uol.com.br](mailto:mlrsouza@uol.com.br)

Instituição de pertinência: Instituto Sedes Sapientiae. Departamento de Psicanálise.

eixo temático: Violências sociais. Violências do Estado

Este texto foi escrito sob o impacto da turbulência que marcou o campo político e social nas eleições de 2018, com uma violenta disputa ideológica entre os partidos e movimentos da esquerda e os da direita e uma intensa disseminação de mensagens de ódio divulgadas pelas redes sociais, especialmente por meio de whattsapps e do facebook. Atos violentos contra os supostos adversários considerados como inimigos e reações passionais que ultrapassaram qualquer possibilidade de mediação provocaram rompimento de laços familiares e sociais, e tornaram visível a fragilidade da recente retomada democrática de nosso país.

A violência e as manifestações de ódio sempre tiveram um papel preponderante na história e a agressividade humana tem sido tema constante de investigação tanto por parte da psicanálise quanto por outros campos de estudo. Mas, há que se tentar discriminar as formas e determinações que ela adquiriu nos diferentes momentos históricos e as mediações que impediram ou não a brutalidade passional de seus atos[[1]](#footnote-1).

O não reconhecimento da violência vivida historicamente e a negação de seus efeitos na construção da subjetividade e dos laços sociais perpetua sua repetição e impede a experiência dos lutos necessários – seja pelos sofrimentos vividos no próprio corpo (e transmitido através das gerações) ou pela perda dos ideais pelos quais se lutou - e a implementação, por parte do Estado, das devidas políticas de reparação. Violência, ressentimento e melancolia são as faces decorrentes desse não reconhecimento.

Análises políticas contemporâneas têm estabelecido uma interlocução privilegiada com a Psicanálise e destacado sua potência na compreensão das manifestações grupais, na análise dos discursos e no reconhecimento necessário da precariedade e desamparo do sujeito num mundo atravessado por intensas situações traumáticas. O conceito de Rosto, desenvolvido por Levinas e retomado nas análises recentes de Judith Butler (2011), explicita a importância desse reconhecimento:

“... o rosto é o outro que me pede para que não o deixe morrer só, como se o deixar seria me tornar cúmplice de sua morte. Portanto, o rosto diz a mim: não matarás... Não colocarás em risco a vida do outro...” (p.16).

No entanto, as experiências recentes parecem contradizer essa possibilidade; a violência tem sido utilizada como estratégia de intimidação e tentativa de silenciamento das manifestações de resistência ao fascismo[[2]](#footnote-2). O ódio tem funcionado como forma de expulsão ou destruição do outro, como forma de manutenção do gozo narcísico e de uma suposta economia psíquica do trabalho necessário para o exercício da “experiência com o outro”. Suposta porque nesse ato de destruição algo do próprio sujeito, que lhe é constituinte, que marca a sua singularidade, e que depende da inscrição do outro em si, também é ameaçado. Não há consistência permanente possível; o vazio sempre reaparece e é nele que está a verdadeira origem do ódio; “o ódio é sempre ódio do Outro em si” (Lebrun, 2008, p. 26). Não se trata de eliminá-lo ou tentar erradicá-lo, o que seria impossível; é ao gozo do ódio que é necessário renunciar. A questão, portanto, é sobre os destinos possíveis para o ódio que nos habita.

Sabemos que a tentação do Bem – alimentada pela idéia ilusória de que é possível erradicar as tendências hostis à civilização - e das certezas sobre “verdades absolutas” são terreno propício para a disseminação do Mal, que se manifesta tanto nas relações pessoais quanto nos processos sociais (Todorov, 2002).

A “disseminação do Mal”, seja pelos discursos de ódio, seja pela negação da história – como a tentativa de anular a existência da ditadura civil-militar e a corrupção desse período – ou pelo uso chulo da linguagem convocando à eliminação da diversidade legítima do pensamento e da sexualidade, foram estratégias de luta nas eleições de 2018. O uso compulsivo e indiscriminado das redes sociais ocupou um lugar especial no acirramento da violência e na radicalização das posições. A mídia, nesse contexto, tornou-se uma mídia de guerra, afastando-se, ela também, de um lugar de mediaçao possível e tornando-se porta-voz de grupos para quem o que importa é vencer a guerra – entendendo-se que nessa guerra há muitos interesses economicos em questão.

Com efeito, a proximidade do segundo turno das eleições de 2018, assemelhou-se a uma batalha final e teve um aumento significativo de mensagens de ódio nas redes digitais e alta circulação de notícias falsas – fake news – que tinham como alvo privilegiado mulheres, negros e pessoas LGBT que foram, também, nesse momento, vítimas de ataques violentos em seus corpos. Mensagens que antes se mantinham subliminares, tomaram a luz do dia e se anunciaram sem vergonha ou pudor – revelando-se a face colonialista e racista de grande parte da população, identificada ao discurso de violência do candidato agora eleito presidente do Brasil.

Vários acontecimentos importantes antecederam esse momento: a crise econômica de 2008[[3]](#footnote-3), as manifestações de 2013[[4]](#footnote-4) e outras que se sucederam culminando, depois, no golpe que provocou o impeachment de Dilma Roussef, em 2016. Golpe marcado por um julgamento feito com a virulência das paixões e revelando um Congresso altamente conservador e histriônico. Grande parte dos deputados – ligados aos partidos de oposição ao PT (Partido dos Trabalhadores) - com a bandeira nacional sobre os ombros - manifestaram seus votos em nome da família, da Igreja, de Deus e até homenageando um dos torturadores mais reconhecidos na história ditatorial do país – Comandante Ulstra (voto feito pelo hoje presidente da república).

Mas outro fato extremamente grave e impactante teve repercussão internacional e causou indignação: o assassinato de Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes, em 14 de março de 2018; extermínio até hoje sem solução. Marielle era vereadora pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) na Câmara do Rio de Janeiro, eleita com 46.502 votos. Socióloga, militante dos direitos humanos, defendeu em 2014, sua tese de mestrado sobre as “UPP – a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro”[[5]](#footnote-5). Marielle era mulher, negra, gay, moradora da favela e “pretendeu” se fazer sujeito e existente. Foi alvo do ódio dos poderes que se contrapõem a essa pretensão.

Em Janeiro de 2019, Jean Wylis, deputado federal, também do PSOL, eleito pela terceira vez no RJ, ameaçado de morte e sem garantias de proteção pelo Estado, renunciou a seu mandato – única forma de resistir, neste momento, às constantes ameaças de morte e à perseguição e assassinato da população LGBT. Desde a morte de Marielle, Wyllis vivia sob escolta policial, mas a situação política atual, com a liberação para a compra de armas e manifestações homofóbicas legitimadas pelo discurso oficial do atual governo, aumentou seus riscos de circulação e sobrevivência.

Esses fatos confirmam o que Agamben enunciou sobre o Estado de Exceção (2004) e a vida matável e insacraficável do *Homo sacer* (2002); a vida que vale a pena ser vivida e a vida sem valor, que pode ser morta sem prerrogativas e para a qual não é necessário que se faça justiça. Estado de exceção em que o próprio direito retira dos cidadãos os seus direitos e o despotismo dos governantes encontra fórmulas jurídicas que lhes permitam violar os direitos dos adversários políticos ou dos cidadãos que não interessam ao sistema político dominante. No Brasil, esse não reconhecimento de uma parcela significativa da população é endêmico e tem se dirigido às classes mais pobres, às mulheres e jovens negros da periferia e aos indígenas. Herança de uma combinação fatal, como a define Boaventura de Sousa Santos (2018) entre **capitalismo** e sua face neoliberal, que acirra violentamente as desigualdades sociais, **colonialismo** que mantém, como na origem, as discriminações raciais e **patriarcado** que sustenta um poder hirarquizado, verticalizado e de forte discriminação e repressão das múltiplas sexualidades possíveis.

Analisando a desigualdade da sociedade brasileira, o sociólogo Jessé Souza (2009) também coloca em relevo a crueldade da colonização e seus efeitos persistentes no que ele nomeia como um racismo de classes; há uma classe vencedora – a elite – e uma classe de perdedores – a ralé brasileira – classe invisível e humilhada. A colonização e seu projeto escravagista – revelado, inicialmente, na tentativa de escravizar os povos indígenas e posteriormente com o tráfico negreiro – perpetua-se nos corpos e mentes dos assintosamente excluídos, através da incorporação de um discurso e um lugar-não lugar que lhes é endereçado .

O colonialismo e sua face racista representa, também, para Achille Mbembe[[6]](#footnote-6), a grande questão contemporânea que atinge a todos os povos. Seus efeitos instauram uma política de morte – necropolítica – com o devir-negro do mundo estendendo-se a todos os excluídos: desempregados, descartáveis, favelados, imigrantes... Essa seria a marca da matriz colonial sobrevivente no contexto atual.

O principal choque da primeira metade do século XXI será entre a democracia liberal e o capitalismo neoliberal... As desigualdades continuarão a crescer em todo o mundo mas, longe de alimentar um ciclo renovado de lutas de classe, os conflitos sociais tomarão, cada vez mais, a forma de racismo, sexismo, ultranacionalismos, rivalidades étnicas e religiosas, xenofobia, homofobia e outras paixões mortais... Constituindo-se a crença de que a mediação não é mais necessária, a política voltará a ser um assunto de esobrevivência brutal em um ambiente ultracompetitivo (Mbembe, 2017).

O avanço global do neoliberalismo estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida (Dardot e Laval, 2016), acentuando a redução do Estado Social, a perda dos direitos historicamente adquiridos e o desmantelamento das redes de proteção social – tal como as discussões equivocadas de justificativas globais para as reformas trabalhistas e da previdência -, provoca o que pode ser nomeado, seguindo o desenvolvimento feito por Mbembe, como reedição da escravização negra moderna: “A condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um lar, perda de direitos sobre seu corpo e perda do estatuto político” (2018, p.27).

Ou seja, as condições de moradia, as favelas, as ocupações, a precarização dos serviços de saúde, a destruição perversa das condições ambientais, as reformas trabalhistas globais que propõem a flexibilização, a informalidade, o trabalho intermitente ou de ocasião (o trabalhador fica à disposição de um chamado e só recebe pelas horas trabalhadas; seu tempo fica alienado às necessidades do mercado), o ataque aos direitos humanos, não são o resultado de um mal funcionamento do Estado, mas antes uma estratégia desse projeto necropolítico (Edson Teles, 2018).

A insegurança e o medo decorrente dessas perdas e ameaças, “autorizam”o “Estado de Direito” a intervir com o poder militar, em condições “ditas de exceção”, e liberam o extermínio desses “outros” precarizados que ameaçam a ordem liberal. Criam-se discursos que “legitimam” a exclusão e a morte, reproduzindo-se os estigmas da colonização: os negros e os índios não tinham alma, não eram humanos e, portanto, podiam ser tratados como coisa cuja serventia era determinada pelo colonizador. O outro, o diferente – seja pelas ideias contrárias, seja pela cor, pelo gênero, ou qualquer traço que marque uma diferenciação, deve ser elimiminado.

O que se institui e difunde pelo tecido social é uma recusa ao reconhecimento desses outros como fazendo parte da espécie humana com tudo que a caracteriza em sua diversidade. O ódio ao outro e o medo desse outro que ameaça a construção imaginária da “consistência de si”, pelo risco especular de se ver na mesma situação ou pela rivalidade fratricida que solapa as possibilidades da solidariedade e da defesa do bem comum, são os afetos pregnantes em nossa política atual.

Se retomamos as afirmações de Freud (1915) sobre o sentido originário do ódio como significante da relação hostil com o mundo exterior e como efeito de uma defesa primária do Eu em favor da autoconservação e da “afirmação de si”, entendemos que há, no sujeito humano, desde sua constituição original, uma luta defensiva constante a fim de estabelecer suas fronteiras e sua preservação. Não há nessas circunstâncias, nenhuma consideração ética ou moral, nenhuma mediação possível; o intuito é a afirmação sobre o outro visto como inimigo. Serão as contigências da vida e a impossibilidade de se manter nesse lugar narcísico, que fazem com que o Eu, em condições favoráveis, no encontro de mediações necessárias, possa reconhecer sua condição humana de desamparo e a importância do outro como garantia de sua sobrevivência.

No entanto, certas situações coletivas, como as que vivemos no mundo contemporâneo, com a retomada dos nacionalismos, dos fundamentalismos e de políticas “fascistas”, podem reagudizar esse afeto reproduzindo-se o que Freud já assinalara no comportamento das massas e no narcisismo das pequenas diferenças: opera algo como uma compulsão a fazer o mesmo que os outros, reconhecidos como iguais, como parte do mesmo, a agir impulsivamente, entregando-se, sem barreiras, a suas paixões, e a eliminar os que não fazem parte da mesma tribo. “Toda religião é de amor por todos aqueles a quem abraça e está pronta à crueldade e à intolerância para aqueles que não fazem parte de seus membros”. (S. Freud, 1921, p.94).

Em sua análise sobre a Vida Precária, Judith Butler (2011) também nos convoca o olhar para o desamparo próprio do sujeito humano e põe em relevo a questão da representação – representação tomada no sentido do que adquire ou não direito ao reconhecimento de humanização. Em suas palavras: “aqueles que ganham representação, especialmente autorepresentação, detém melhores chances de serem humanizados” (p.24). Os que ficam à margem dessa possibilidade tornam-se invisíveis e não adquirem sequer o direito de serem nomeados. Retomando a noção de rosto em Levinas, tal como assinalado no início deste texto, ela reafirma a importância de se reconhecer o que é de fato da ordem do humano: é ao aceitar sua condição de desamparo, ao mostrar sua falha, que o rosto pode exprimir o humano, apontando para algo que é sempre enigmático, incogniscivel nas origens do humano, mas que convoca ao reconhecimento da alteridade.

Utopicamente, Mbembe, propõe, como forma de reconhecimento, o exercício de uma vontade de comunidade, mas uma comunidade descolonizada, em contraposição a uma comunidade sem estrangeiros; uma lógica da composição em oposição à das fronteiras. Uma comunidade onde o destino da negritude no planeta rompa com os dispositivos da escravidão e não tenha seu corpo usurpado e explorado[[7]](#footnote-7), tendo acesso ao reconhecimento legítimo de seus desejos e de seus direitos. Uma comunidade marcada pela “ética do zelo” e pela possibidade da hospitalidade sem condições.

Referências bibliográficas

Agamben, G.*Homo sacer:* o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: UFMG, 2002

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ *Estado de Exceção.* São Paulo: Boitempo, 2004

Boaventura, S.S. *Esquerdas do mundo, uni-vos!* São Paulo: 2018

Butler, J. “Vida Precária”, in *Contemporânea.* Revista de Sociologia da UFSCar, S. Carlos, Depto. De Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011. N.1.

Eco, H. *Cinco Escritos morais*. Rio de Janeiro: Record, 1998

Freud, S. “Pulsiones y destinos de pulsión” (1915), in *Obras Completas.* Buenos Aires, 1993, v.XIV

\_\_\_\_\_\_\_\_\_ “Psicología de las masas y análisis del yo” (1921), in *Obras Completas.* Buenos Aires, 1993, v.XVIII, p. 94

Gay, P. *O cultivo do Ódio. A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud.* São Paulo: Cia das Letras, 1995.

Lebrun, J-P. *O futuro do ódio*. Porto Alegre: CMC Edit., 2008.

Mbembe, A. “A era do humanismo está terminando”. Revista IHU online. [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br). Acesso em 8.2.2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

Souza, J. *A ralé brasileira, quem é e como vive.* B. Horizonte, UFMG, 2009.

Souza. M. L.R. *Violência*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

Teles, E. “Sujeito racial, governo dos corpos e branquitude”, in *A política como guerra. Necropolítica, estado de exceção e ficcionalização do inimigo. Bases normativas para o direito de matar.* SP: Revista cult. N. 240, nov.2018.

Todorov, T. *Memória do mal, tentação do bem: indagações sobre o século XX.* São Paulo: Arx, 2002

1. Veja-se, por exemplo, o livro de Peter Gay sobre *O Cultivo do Ódio* (1995) que faz um levantamento minucioso sobre vários estudos a esse respeito, analisando, especificamente, a era vitoriana. Em meu livro sobre a *Violência* também retomo o trabalho de vários autores que se dedicaram a esse tema. [↑](#footnote-ref-1)
2. Fascimo tornou-se, como aponta Humberto Eco (1998), um termo de contornos imprecisos. Destaco aqui algumas das características assinaladas por ele: um chefe carismático, culto da tradição, recusa da modernidade, culto da ação pela ação (sem nenhuma reflexão ou crítica e, portanto, ataque à educação e à cultura), medo da diferença, apelo às classes médias frustradas, nacionalismos e xenofobia, intolerância com a diversidade sexual, uso de um léxico pobre e uma sintaxe elementar. “O Ur-Fascismo pode voltar sob as vestes mais inocentes. Nosso dever é desmascará-lo e apontar o indicador para cada uma de suas novas formas – a cada dia, em cada lugar do mundo”(p.52) [↑](#footnote-ref-2)
3. Após a crise econômica de 2008, a FAO, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, divulgou que cerca de 1 bilhão de pessoas passava fome no mundo. Para entender a fome no mundo os diagnósticos precisam incluir: latifúndios, agronegócios, financeirização, oligopólios, privatizações, neoliberalismo. [↑](#footnote-ref-3)
4. A causa inicial dessa movimentação - a exigência de um “passe livre” para que a mobilidade pela cidade e o acesso aos locais de trabalho e aos bens culturais fosse viabilizada para todos -, logo se expandiu para o desejo de outras conquistas de liberdade, o combate à corrupção e melhorias na qualidade de vida. Rapidamente esse movimento se viu tumultuado por provocações de grupos ideologicamente dissidentes e pelas falas de que havia ali a finalidade de desestabilizar a democracia, culminando numa forte repressão policial que provocou a intensificação dos protestos. [↑](#footnote-ref-4)
5. As UPP – Unidades de Polícia Pacificadora foram instaladas em 2008 no RJ como parte do projeto de segurança. Instituiram-se polícias comunitárias nas favelas com o objetivo de desarticular o tráfico de drogras. Projeto polêmico que, segundo a tese de Marielle, instituiram, na verdade, o modelo de Estado Penal com um processo de enclausuramento crescente da população pobre, negra e já acentudamente excluída. [↑](#footnote-ref-5)
6. Filósofo e teórico político francês, nascido em Camarões, em 1957. Referência importante no estudo do pós-colonialismo. Em seus trabalhos reconhece-se a influência de Frantz Fanon (1925-1961), psiquiatra, filósofo e ensaísta francês da Martinica que trabalhou temas sobre a descolonização e a psicopatologia da colonização, defendendo a tese de que o racismo colonial não difere de outros racismos. Em 1952 publicou *Pele negra, máscaras brancas – uma interpretação psicanalítica do problema negro.* [↑](#footnote-ref-6)
7. A canção *Sinhá* de Chico Buarque de Holanda, reproduz poeticamente, o sofrimento dessa usura: Por que talhar meu corpo/Eu não olhei Sinhá/Para que que vosmincê/Meus olhos vai furar/Eu choro em iorubá/Mas oro por Jesus/Para que que vassuncê/Me tira a luz [↑](#footnote-ref-7)